



SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.021704/2024-45

Assunto: Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Manutenção, conservação e implementação de jardins internos e externos no Senado Federal. Item 20250226 do Plano de Contratações. **Valor estimado: R\$ 23.262.891,27.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral e da Primeira-Secretaria.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de proposta para realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado à contratação de serviços contínuos de manutenção, conservação e implantação dos jardins internos e externos, áreas não urbanizadas, vasos de plantas e atividades de manejo no viveiro do Senado Federal, todos com fornecimento de materiais, equipamentos e ferramentas, ao custo estimado de **R\$ 23.262.891,27** (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte e sete centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.080353/2025-13).

A Secretaria de Patrimônio – SPATR justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.078913/2025-70), conforme transcrição a seguir:

[...]

2. Justificativa para a contratação

A contratação pretendida objetiva o atendimento às necessidades auxiliares, instrumentais e/ou acessórias das unidades administrativas e legislativas do Senado Federal.

As atividades de manutenção, conservação e implantação dos jardins internos e externos do Senado Federal continuem “serviços essenciais” e indispensáveis, não havendo no quadro de pessoal desta Casa Legislativa cargos ou atividades funcionais que comportem tais atividades.

Em uma lógica de eficiência administrativa, reputa-se que a terceirização das atividades administrativas de cunho acessório, auxiliar ou instrumental apresenta como medida de racionalização e otimização da mão de obra





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

estatutária que dispõe o Senado Federal. Logo, a execução indireta das atividades de jardinagem apresenta a melhor relação de custo-benefício, conferindo aos servidores desta Casa Legislativa melhores condições de concentrar-se nas atividades de maior relevo e que demandem uma visão estratégica e tomada de decisão.

Os serviços que constituirão objeto da contratação pretendida conferirão suporte às atividades legislativas e administrativas. A ausência deles prejudicaria o funcionamento do Senado Federal, uma vez que todas as unidades administrativas e legislativas da Casa dependem de tais atividades de apoio acessório e material para a garantia da mais eficiência consecução de suas funções finalísticas.

Com a alocação dos servidores efetivos em suas atividades precípuas, o Senado Federal não dispõe em seus quadros e carece de mão de obra que possa se dedicar ao desempenho de tarefas acessórias, tais como as descritas neste Termo de Referência. Dessa forma, cogita-se o melhor direcionamento dos servidores para atividades que lhes sejam próprias e exclusivas, desonerando-os de desenvolverem atividades de natureza acessória, não previstas no conjunto de suas atribuições legais, descritas no Regulamento Administrativo do Senado Federal, aumentando sua especialização e, por conseguinte, a eficiência dos processos de trabalho.

É importante destacar que a terceirização na Administração Pública encontra fundamento no §7º do art. 10 do Decreto-Lei nº 200/1967, segundo o qual “para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos da execução”.

Quanto ao tema, o pressuposto da “terceirização ilícita” seria a delegação de atividades típicas de Estado ou que envolvam gestão, tomada de decisão, coordenação, supervisão e controle. Em termos objetivos, o desvirtuamento da terceirização poderá ser aferido se os serviços terceirizados forem “inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal” (inciso IV do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018).

No caso, as atividades contempladas nas atribuições das categorias contempladas na futura contratação não se encontram no rol de vedações e incompatibilidades trazido pelo art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018.

Como será possível observar nas características das categorias pretendidas, bem como na descrição de suas atividades e atribuições constantes deste Termo de Referência, a contratação da execução indireta de seus serviços não encontra óbice na legislação vigente.

[...]





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Por meio do Ofício nº 336/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.080387/2025-16), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Patrimônio do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.020837/2025-11, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.078913/2025-70, o qual, se entendido viável, deverá ser aprovado pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi dispensado pelo Comitê de Contratações, com base no inciso II do §1º do art. 3º do Anexo II do ADG nº14/2022, conforme consignado na Ata da 8ª Reunião de 2024 daquele Colegiado, conforme NUP 00100.035012/2025-93-1 (Anexo: 001).

Quanto à justificativa para a quantidade (relativa aos profissionais, bem como no que se refere ao material de consumo) a ser contratada, o Órgão Técnico consignou nos subitens 2.3.1.1 e 1.2.2.2 do TR:

O quantitativo de postos de trabalho deverá ser o mesmo que o número de empregados contratados. Optou-se pela remuneração dos serviços mediante disponibilização de mão de obra tendo em vista a prática adotada nas contratações anteriores, bem como a determinação constante na Resolução do Senado Federal nº 3 de 2019 (Art. 1º). Quanto aos equipamentos e insumos que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA (Anexo II), o quantitativo exigido neste Termo de Referência se justifica em razão dos parâmetros observados na execução dos Contratos nº 8/2020, considerando o número de profissionais, a área em que serão executados os serviços, bem como o quantitativo historicamente demandado. Destaca-se que o pagamento dos insumos será feito somente em caso de sua efetiva utilização.

[...]

O quantitativo de profissionais previsto neste Termo de Referência é aquele que, a partir de análise empreendida por este órgão técnico, reflete a necessidade da Administração. Utilizou-se a experiências e os parâmetros aferidos e resultantes do Contrato nº 78/2020 para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem contempladas. Estabeleceu-se uma estimativa do quantitativo, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência necessárias à desejável execução contratual, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.

[...]

Será alterada a disposição entre as categorias. Atualmente, 3 (três) profissionais fazem parte da categoria “operador de roçadeira costal”, entretanto, em razão das limitações impostas pela Norma Regulamentadora N°. 15 (NR-15) quanto à exposição a ruídos, há





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

necessidade da realização de rodízio na operação das máquinas. A mudança não alterará o número de profissionais a ser contratado, apenas exigirá da contratada que disponibilize 10 (dez) operadores de roçadeiras costais (...).

O Órgão Técnico apresentou justificativa para a **fixação salarial**, consoante item 4 do Termo de Referência, a qual deverá ser aprovada pela Primeira-Secretária, conforme previsto no parágrafo 1º do art. 2º da Resolução nº 3 de 2019.

A pesquisa de preços específica para materiais de consumo foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas consignada no NUP 00100.020841/2025-71, projetando-se o custo anual deste item para R\$ 556.395,73. A COCVAP ratificou essa pesquisa de preços, conforme documento 00100.021058/2025-25, cuja validade é até 05/08/2025.

Quanto ao valor estimado para a mão de obra, a COCVAP validou a instrução, conforme documento 00100.021058/2025-25, e informou que “*se trata de contratação de serviços com alocação de mão de obra, assim, está dispensada a pesquisa de preços, sendo esta substituída pelo Planilhamento de Preços – a ser realizado posteriormente pelo SELESC – conforme disciplina o art. 14, § 4º, do ADG 14/2022*”.

O valor estimado da contratação enquadra-se nos limites de competência da Primeira-Secretária, sendo que a autorização para o certame, portanto, na forma do inciso I, art. 7.º do Anexo V do Regulamento Administrativo c/c §2º do art. 90 do ADG nº 14/2022, cabe a essa autoridade.

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.027426/2025-49.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.030117/2025-56, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Na sequência, os autos seguiram à Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) para manifestação quanto à existência de cargos no Senado Federal cujas atribuições estejam ligadas ao objeto do presente processo, a qual se manifestou no NUP 00100.031691/2025-21. Considerando que a SPATR, por ocasião da licitação anterior para o mesmo objeto, já havia prestados os esclarecimentos sobre as atribuições dos cargos “Encarregado Geral” e “Almoxarife”, a SEGP concluiu pela inexistência de correlação de atribuições entre os serviços a serem prestados pelos ocupantes dos postos de trabalho previstos nesta contratação e os descritos para os cargos efetivos em vigência no Senado Federal.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou no documento nº 00100.035012/2025-93 tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.035020/2025-30.

O planilhamento de custos inicial elaborado pelo SELESC/COCVAP foi consolidado sob o documento nº 00100.048050/2025-14, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 21.485.088,27** (estimativa normal sem





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

desoneração), ajustado posteriormente, conforme tratado adiante. Cumpre informar que o valor anual a ser pago a título de depreciação ferramental foi calculado, juntamente com o planilhamento de preços, levando-se em conta os custos e a vida útil descritos no custo geral estimado para os equipamentos e ferramentas de uso contínuo, Anexo II do Termo de Referência, conforme informado no citado documento.

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 00100.048428/2025-71, e submetida ao órgão jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 267/2025 (NUP 00100.067446/2025-52) analisou os autos e concluiu que *“observadas as recomendações constantes deste parecer e ressalvada eventual impropriedade de ordem técnica que escapa ao conhecimento jurídico, entende-se que a minuta constante do documento nº 00100.048428/2025-71 poderá ser considerada regular e apta à aprovação pela autoridade competente”*. Dentre as recomendações jurídicas, destaca-se as abaixo relacionadas:

- Inclusão do Mapa de Riscos definitivo no processo;
- Inclusão de justificativa no TR para a vigência inicial de 50 meses, considerando que o ETP foi dispensado;
- Aprimorar a justificativa quanto à imprescindibilidade da vistoria;
- Reavaliação das alterações promovidas no TR em relação às categorias profissionais Auxiliar de Jardinagem e Operador de Roçadeira, e os respectivos quantitativos de postos de trabalho, em função da previsão de pagamento de insalubridade para a categoria de Operador de Roçadeira, conforme Lauro Pericial consignado no NUP 00100.013535/2025-89;
- Reformulação e adequação das penalidades contratuais, estabelecendo as hipóteses ensejadoras de multas e as classificando como punitivas ou moratórias, observado o disposto nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021.

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.072239/2025-10.

Em função do atendimento às recomendações jurídicas, o Órgão Técnico procedeu a modificação nas categorias profissionais e seus quantitativos, o que ocasionou a necessidade de atualizar o planilhamento de preços feito anteriormente, para atender a essa alteração.

O novo planilhamento de custos elaborado pelo SELESC/COCVAP foi consolidado sob o NUP 00100.048050/2025-14, projetando-se o custo geral estimado da contratação para R\$ 23.262.891,27 (estimativa normal sem desoneração).

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.079157/2025-04. A contratação está prevista no item 20250226 do Plano de Contratações.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Após a verificação da disponibilidade orçamentária, a SPATR consignou nos autos do processo versão definitiva do Termo de Referência, após ajustes, NUP 00100.078913/2025-70.

Cumpre informar que, após análise jurídica, foram inseridas na Cláusula Segunda da minuta contratual disposições para cumprimento do art. 20, parágrafo único, do Ato do Primeiro-Secretário nº 1/2003. Destaca-se que os referidos textos foram aprovados pelo Parecer nº 268/2025-ADVOSF (NUP 00100.069414/2025-91).

As recomendações postas pelo órgão jurídico, tanto direcionadas ao Órgão Técnico quanto à COATC, foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente. Destacou-se em amarelo as alterações promovidas no documento após a análise jurídica, para melhor identificação.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.080353/2025-13 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

[...]

Por derradeiro, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos para as deliberações e demais atos necessários ao seguimento do certame, em conformidade com o disposto no Anexo V do RASF aprovado pelo ATC nº 14/2022.

Cabe ressaltar que o prosseguimento do feito está condicionado à deliberação favorável da **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, quanto à autorização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 7º, Anexo V, do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e, também, sobre a fixação dos salários, nos termos do §1º do art. 2º da Resolução nº 3/2019¹.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica esposa a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

¹ Art. 2º Os instrumentos convocatórios indicarão o número de postos de trabalho e os salários de cada atividade, que poderão ser definidos de acordo com os seguintes critérios:
[...]

§ 1º A justificativa referida no inciso I deverá considerar a exigência de melhor qualificação dos empregados da empresa prestadora de serviço, a necessidade de preservação da cultura organizacional do Senado Federal, a segurança dos serviços no ambiente parlamentar ou a experiência e a integração dos prestadores de serviço, entre outros aspectos, os quais serão submetidos à apreciação do Primeiro-Secretário.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Guilherme Ferreira da Costa
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello
Gestora do NASC/ATDGER





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **APROVO** o Termo de Referência (documento nº 00100.078913/2025-70); bem como a minuta de edital (documento nº 00100.080353/2025-13), nos termos propostos;
- 2 **AUTORIZO** a despesa estimada no valor máximo de **R\$ 23.262.891,27** (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e noventa e um reais e vinte e sete centavos), prevista no item 20250226 do Plano de Contratações;
3. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos à **Excelentíssima Senhora Primeira-Secretária**, para deliberar quanto à oportunidade e conveniência de realização do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, e, também, sobre a fixação dos salários, nos termos do §1º do art. 2º da Resolução nº 3/2019, nos termos propostos.

Havendo deliberação favorável ao seguimento do certame, encaminhem-se os autos à **AADGER** e à **SADCON** para as providências pertinentes.

Brasília, 12 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 2457 de 2025

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.021704/2024-45**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Terceirização – NGCOT**, como órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar os servidores **Cássio Murilo Rocha**, matrícula nº 52209 e **Marcelo José Souza da Costa**, matrícula nº 365637, como fiscais, titular e substituto, respectivamente, do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral

